

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 28/2019 (Aprovado na Comissão Mista)
	<p>Altera a <a href="#">Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991</a>, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social, e a <a href="#">Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019</a>, que institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade.</p>	<p>Altera as <a href="#">Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991</a>, e <a href="#">Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991</a>, <sup>^</sup> para dispor sobre o abono anual do segurado do Regime Geral de Previdência Social; para estabelecer o pagamento do auxílio-doença pela empresa até cento e vinte dias de afastamento, com compensação quando do recolhimento das contribuições previdenciárias e para permitir o uso do procedimento arbitral e do incidente de resolução de demandas repetitivas pelo Conselho de Recursos da Previdência Social; altera a <a href="#">Lei nº 9.796, de 5 de junho de 1999</a>, para dispor que apenas os regimes instituidores que não sejam devedores de contribuições previdenciárias ao RGPS possam receber os valores decorrentes da compensação financeira de que trata essa lei; altera a <a href="#">Lei nº 10.855 de 01 de abril de 2004</a> para estabelecer atribuições da carreira do Seguro Social; altera o art. 1º da <a href="#">Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019</a>, <sup>^</sup> para ampliar os processos de requerimento inicial e de revisão de benefícios previdenciários incluídos no Programa Especial para Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade; e dá outras providências.</p>
	<p>O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:</p>	<p>O CONGRESSO NACIONAL decreta:</p>
<p><a href="#">Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991</a></p>		<p><b>Art. 1º</b> O §11 do art. 89 da <a href="#">Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991</a>, passa a vigorar com a seguinte redação:</p>

■ Texto alterado ■ Texto revogado abc Texto excluído <sup>^</sup> Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias - Telefone: 3303-4136

(Elaboração: 30/10/2019 19:42)

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 28/2019 (Aprovado na Comissão Mista)
<p>Art. 89. As contribuições sociais previstas nas alíneas a, b e c do parágrafo único do art. 11 desta Lei, as contribuições instituídas a título de substituição e as contribuições devidas a terceiros somente poderão ser restituídas ou compensadas nas hipóteses de pagamento ou recolhimento indevido ou maior que o devido, nos termos e condições estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.</p> <p>.....</p>		<p>“Art.89.....</p> <p>.....</p>
<p>§ 11. Aplica-se aos processos de restituição das contribuições de que trata este artigo e de reembolso de salário-família e salário-maternidade o rito previsto no <a href="#">Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972</a>.</p> <p>.....</p>		<p>§ 11. Aplica-se aos processos de restituição das contribuições de que trata este artigo e de reembolso de salário-família, <b>salário-maternidade e auxílio-doença pago pela empresa ao segurado empregado na forma prevista no art. 60-A da <a href="#">Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991</a></b>, o rito previsto no <a href="#">Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972</a>.</p> <p>.....</p>
<p><a href="#">Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991</a></p>	<p><b>Art. 1º</b> A <a href="#">Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991</a>, passa a vigorar com as seguintes alterações:</p>	<p><b>Art. 2º</b> A <a href="#">Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991</a>, passa a vigorar com as seguintes alterações:</p>
<p>Art. 40. É devido abono anual ao segurado e ao dependente da Previdência Social que, durante o ano, recebeu auxílio-doença, auxílio-acidente ou aposentadoria, pensão por morte ou auxílio-reclusão.</p> <p>.....</p>	<p>“Art. 40. ....</p> <p>.....</p>	<p>“Art.40.....</p> <p>.....</p>

■ Texto alterado  
 ■ Texto revogado  
 abc Texto excluído  
 ▲ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias - Telefone: 3303-4136

(Elaboração: 30/10/2019 19:42)

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 28/2019 (Aprovado na Comissão Mista)
Parágrafo único. O abono anual será calculado, no que couber, da mesma forma que a Gratificação de Natal dos trabalhadores, tendo por base o valor da renda mensal do benefício do mês de dezembro de cada ano.	Parágrafo único. O abono anual será calculado, no que couber, da mesma forma que a Gratificação de Natal dos trabalhadores, e terá por base o valor da renda mensal do benefício do mês de dezembro de cada ano e seu pagamento será efetuado em duas parcelas, da seguinte forma:	§1º. O abono anual será permanente e calculado, no que couber, da mesma forma que a Gratificação de Natal dos trabalhadores, tendo por base o valor da renda mensal do benefício do mês de dezembro de cada ano e seu pagamento será efetuado em duas parcelas <sup>^</sup> :
	I - a primeira parcela corresponderá a até cinquenta por cento do valor do benefício devido no mês de agosto e será paga juntamente com os benefícios dessa competência; e	I - a primeira parcela corresponderá a até cinquenta por cento do valor do benefício devido no mês de agosto e será paga juntamente com os benefícios dessa competência; e
	II - a segunda parcela corresponderá à diferença entre o valor total do abono anual e o valor da primeira parcela e será paga juntamente com os benefícios da competência de novembro.” (NR)	II - a segunda parcela corresponderá à diferença entre o valor total do abono anual e o valor da primeira parcela e será paga juntamente com os benefícios da competência de novembro.
		§2º O Imposto sobre a Renda da Pessoa Física incidirá quando do pagamento da parcela prevista no inciso II do § 1º, tendo por base de cálculo o valor total do abono anual.” (NR)
		“Art. 60-A. Cabe à empresa, conforme dispuser o regulamento, o pagamento do auxílio-doença ao segurado empregado a contar do décimo sexto dia do afastamento das atividades até, no máximo, o centésimo vigésimo dia de afastamento das atividades, mediante a compensação quando do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço.

  Texto alterado  
   Texto revogado  
 abc Texto excluído  
 <sup>^</sup> Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias - Telefone: 3303-4136

(Elaboração: 30/10/2019 19:42)

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 28/2019 (Aprovado na Comissão Mista)
		§ 1º A empresa deverá realizar o requerimento do benefício ao INSS e agendar a perícia médica da Previdência Social nos primeiros quinze dias de afastamento do empregado, sendo que a empresa que dispuser de serviço médico, próprio ou em convênio, terá a seu cargo o exame médico e o abono das faltas correspondentes ao período referido no caput.
		§ 2º A realização da perícia médica deverá ocorrer até quarenta e cinco dias após a data do requerimento do benefício, autorizada a compensação imediata de que trata este artigo enquanto não realizada a perícia médica.
		§ 3º Estimado pela perícia médica prazo para duração do benefício de auxílio-doença superior a cento e vinte dias, este será pago diretamente pela Previdência Social, a partir deste prazo.
		§ 4º Caso o requerimento do benefício seja formulado após o prazo previsto no § 1º deste artigo, incumbirá à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário integral até a data da entrada do requerimento, ficando vedada a compensação de que trata este artigo até esta data.
		§ 5º O regulamento poderá prever as hipóteses nas quais o segurado empregado poderá formular o requerimento do benefício diretamente ao INSS.

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias - Telefone: 3303-4136

(Elaboração: 30/10/2019 19:42)

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 28/2019 (Aprovado na Comissão Mista)
		<p>§ 6º Deixando o segurado de comparecer injustificadamente à perícia médica na data agendada, esse terá um prazo de trinta dias corridos para apresentar a justificativa; após esse período, caso não seja aceita a justificativa, a empresa será comunicada para que cesse o pagamento do auxílio-doença, devendo promover a restituição da compensação indevida mediante desconto do salário de contribuição do empregado, em valor que não exceda 30% (trinta por cento) de sua remuneração mensal, respeitado o limite máximo do salário de contribuição.</p>
		<p>§ 7º Sem prejuízo da responsabilidade administrativa e penal cabível, aplica-se a multa de que trata o art. 133 desta Lei à empresa que mantiver o segurado empregado exercendo qualquer tipo de atividade laboral, remunerada ou não, durante o período de manutenção do benefício de auxílio-doença.</p>
		<p>§8º Se o valor pago pela empresa com o auxílio-doença, conforme determina o caput, for superior ao valor disponível para a compensação com as contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, referidos no caput, a empresa poderá compensar o valor excedente com débitos tributários federais, na forma do art. 3 da <a href="#">Lei nº 13.670, de 30 de maio de 2018</a>.</p>

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias - Telefone: 3303-4136

(Elaboração: 30/10/2019 19:42)

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 891/2019

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 28/2019 (Aprovado na Comissão Mista)
		§ 9º Tratando-se de empresa optante pelo Simples Nacional com recolhimento mensal nos termos do art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a compensação se dará quanto ao percentual de repartição dos tributos referente à Contribuição Patronal Previdenciária - CPP para a Seguridade Social.
		§ 10 Independentemente da duração do afastamento da atividade laboral, será pago diretamente pela Previdência Social o benefício de auxílio-doença devido ao:
		I - empregado do microempreendedor individual de que trata o art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
		II - empregado do empregador rural pessoa física ou empregador rural pessoa jurídica não optante pela contribuição na forma dos incisos I e II do caput do art. 22 da <a href="#">Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991</a> ;
		III - empregado doméstico;
		IV - empregado intermitente;
		V - trabalhador avulso;
		VI – empregado de segurado contribuinte individual equiparado à empresa;
		VII – empregado de micro e pequena empresa; e
		VIII – empregado de sociedade cooperativa que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias - Telefone: 3303-4136

(Elaboração: 30/10/2019 19:42)

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 28/2019 (Aprovado na Comissão Mista)
		§ 11. Aplica-se à compensação de que trata este artigo o disposto no art. 89 da <a href="#">Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991</a> .
		§ 12 O regulamento deverá prever medidas para prevenção de fraudes e de atenuação de riscos e inconformidades quanto à compensação e ao pagamento do auxílio-doença, nos termos dos arts. 124-A, 124-B e 124-D desta Lei.
		§13 Aplica-se o disposto nos §§ 10 e 11 do art. 60 desta lei aos auxílios-doença concedidos na forma deste artigo.”
Art. 124-A O INSS implementará e manterá processo administrativo eletrônico para requerimento de benefícios e serviços e disponibilizará canais eletrônicos de atendimento. .....		“Art. 124-A ..... .....
§ 2º Poderão ser celebrados acordos de cooperação, na modalidade de adesão, com órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para a recepção de documentos e o apoio administrativo às atividades do INSS que demandem serviços presenciais. .....		§2º Poderão ser celebrados acordos de cooperação, na modalidade de adesão, com órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, <b>bem como contratação de terceirizados</b> , para a recepção e <b>digitalização</b> de documentos e o apoio administrativo às atividades do INSS que demandem serviços presenciais, <b>desde que:</b>
		a) não incluam atividades exclusivas dos servidores da Carreira do Seguro Social, descritas no art. 5º-B da <a href="#">Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004</a> .

  Texto alterado  
   Texto revogado  
 abc Texto excluído  
 ▲ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias - Telefone: 3303-4136

(Elaboração: 30/10/2019 19:42)

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 28/2019 (Aprovado na Comissão Mista)
		b) nos casos de recepção e digitalização de documentos que impactam em reconhecimento de direitos aos benefícios previdenciários e sociais, a operacionalização seja realizada no âmbito das unidades do INSS, supervisionado por servidor da Carreira do Seguro Social, de modo a garantir a preservação da integridade dos dados e o sigilo das informações previdenciárias e sociais do cidadão. (NR)
		§ 4º O INSS celebrará convênios, acordos de cooperação técnica ou instrumentos congêneres com os demais órgãos públicos federais, visando reunir, em um único local, representações de órgãos públicos federais, de forma articulada, para prestação de serviços públicos aos cidadãos.
		§ 5º Ficará a cargo dos servidores públicos vinculados a cada um dos órgãos federais a prestação de serviços nas unidades de atendimento integrado de trata o § 4º deste artigo.”(NR)
<a href="#">Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004</a>		<b>Art. 3º.</b> A <a href="#">Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004</a> , passa as seguintes alterações:
Art. 5º-B São atribuições da carreira do Seguro Social:		“Art. 5º B.....
I - no exercício da competência do INSS e em caráter privativo:		I - no exercício da competência do INSS e em caráter privativo e exclusivo:

  Texto alterado  
   Texto revogado  
 abc Texto excluído  
 ▲ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias - Telefone: 3303-4136

(Elaboração: 30/10/2019 19:42)



LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 28/2019 (Aprovado na Comissão Mista)
a) elaborar e proferir decisões ou delas participar em processo administrativo-previdenciário relativas ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS), de que trata o art. 201 da Constituição Federal, <b>bem como em processos de consulta, de restituição ou de apuração de irregularidade em processos administrados pelo INSS;</b>		a) <b>instruir e operacionalizar os requerimentos realizados pelos cidadãos, bem como,</b> elaborar e proferir decisões ou delas participar em processo administrativo-previdenciário relativas ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS), de que trata o art. 201 da Constituição Federal <sup>^</sup> ;
b) <b>proceder à orientação no tocante à interpretação da legislação previdenciária de que trata o art. 201 da Constituição Federal;</b>		b) <sup>^</sup> <b>análise, validação e inclusão de documentos em requerimentos que impactam em reconhecimento de direitos a benefícios previdenciários e sociais, de modo a garantir a preservação da integridade dos dados e o sigilo das informações previdenciárias e sociais do cidadão;</b>
c) realizar as alterações cadastrais que impactam em alteração de direitos a benefícios sociais no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), de que trata o art. 29-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;		c) realizar as alterações cadastrais que impactam em alteração de direitos a benefícios sociais no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), de que <b>tratam os arts. 29-A e 38-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;</b>
d) exercer, em caráter geral e concorrente, as demais atividades inerentes à competência do INSS; .....		d) ..... .....
		<b>IV- auditar e fiscalizar benefícios administrados pelo INSS.</b> .....
<a href="#">Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019</a>	<b>Art. 2º</b> A <a href="#">Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:	<b>Art. 5º</b> O art. 1º da <a href="#">Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 1º Ficam instituídos, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS): .....	"Art. 1º ..... .....	"Art.1º..... .....

  Texto alterado  
  Texto revogado  
abc Texto excluído  
<sup>^</sup> Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias - Telefone: 3303-4136

(Elaboração: 30/10/2019 19:42)

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 891/2019

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 28/2019 (Aprovado na Comissão Mista)
<p>§ 2º A análise dos processos administrativos de requerimento inicial e de revisão de benefícios administrados pelo INSS cujo prazo legal para conclusão tenha expirado até 18 de janeiro de 2019 integrará o Programa Especial.</p> <p>.....</p>	<p>§ 2º A análise dos processos administrativos de requerimento inicial e de revisão de benefícios administrados pelo INSS cujo prazo legal para conclusão tenha expirado até 15 de junho de 2019 integrará o Programa Especial.</p> <p>.....</p>	<p>§ 2º A análise dos processos administrativos de requerimento inicial e de revisão de benefícios administrados pelo INSS cujo prazo legal para conclusão tenha expirado ^ integrará o Programa Especial.</p> <p>.....</p>
	<p><b>Art. 3º</b> Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.</p>	<p>^</p>

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias - Telefone: 3303-4136

(Elaboração: 30/10/2019 19:42)